

b) à insuficiência das justificativas prestadas, tendo em vista: a ausência de informações específicas quanto ao número de prorrogações do prazo de vigência do contrato precedente, com indicação expressa termo final da vigência; a ausência de especificação da data de publicação do Edital do Pregão 126-2018: a ausência de maior detalhamento quanto à natureza da falha operacional que impediu a fase de lances do Pregão 126-2018, bem como inexistência de justificativas específicas e fundamentadas para a anulação do certame; a ausência de especificação da data de publicação do Edital do Pregão 008-2020: ausência de informações detalhadas quanto à data da realização do Pregão 008-2020, o tempo utilizado para análise dos recursos e data da publicação da homologação do Pregão.

Desse modo, assino à COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - PRODESP, bem como aos demais interessados acima indicados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, adotem as providências necessárias e apresentem as justificativas que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO
PROCESSO: 00012632.989.21-6
ÓRGÃO: GABINETE DO COORDENADOR DE DEFESA AGRO-PECUÁRIA (CNPJ 46.384.400/0021-92)
ORGANIZ. SOC. CIVIL ASSOCIACAO PAULISTA DE AVICULTURA (CNPJ 61.652.251/0001-45)

INTERESSADOS:
ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM (CPF 041.978.078-56) - RESPONSÁVEL PELO AJUSTE
GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA (CPF 153.612.478-80) - SECRETÁRIO DE ESTADO

ÉRICO ANTÔNIO POZZER - DIRETOR PRESIDENTE DA OSC
ASSUNTO: Trata-se do exame da prestação de contas do repasse realizado no exercício de 2020 pelo Gabinete do Coordenador de Defesa Agropecuária em favor da Associação Paulista de Avicultura, em decorrência do Termo de Colaboração nº 02/2017, tratado nos autos do TC - 26375.989.20.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-03
PROCESSO PRINCIPAL: 26375.989.20-9

Considerando o relatório da Fiscalização (evento 16), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00008766.989.19-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI (CNPJ 46.634.564/0001-87)

CONTRATADO(A): ROMME CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 06.229.343/0001-09)
INTERESSADO(A): MARIA JOSE PINTO VIEIRA DE CAMARGO (CPF 985.058.318-53)

ASSUNTO: Contrato nº 9/2019 de 25/2/2019; Licitação: Tomada de Preços nº 1/2018. Objeto: reforma, revitalização e paisagismo da Praça Martinho Guedes no município de Tatui.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-09

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 79.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00005046.989.21-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS (CNPJ 53.415.717/0001-60)

CONTRATADO(A): OURILAB DIAGNOSTICO DE ANALISES CLINICAS LTDA (CNPJ 04.343.198/0001-67)
INTERESSADO(A): LUCAS POCAV ALVES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 342.843.318-17)

FRANCIELE DE MARCHI MELO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 219.471.278-02)
ASSUNTO: 1º termo aditivo do contrato nº 79/2020, com dispensa de licitação, firmado pela PM OURINHOS X OURILAB, com o propósito de prorrogar o prazo para 30 (trinta) dias: VIGÊNCIA: 30/10/2020 para 28/11/2020.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-04
PROCESSO PRINCIPAL: 20634.989.20-6
Considerando que contratos decorrentes de dispensa de licitação permanecem como matéria de competência privativa das Câmaras, nos termos do inciso IX do art. 56 do Regimento Interno, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para se manifestarem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, acerca da recomendação proposta pela Fiscalização deste Tribunal, bem como apresentarem o termo de ciência e notificação correspondente ao presente termo aditivo, devidamente assinado.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00001470.989.21-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI (CNPJ 46.151.718/0001-80)

ADVOGADO: JULIANA MARIA SIMAO SAMOGIN (OAB/SP 164.320) / VIVIANE MARY SANCHES BARBOSA (OAB/SP 167.651) / VINICIUS VENEZIANO DEMARQUI (OAB/SP 267.002) / CIBELE ROSA ALVES BARCA (OAB/SP 282.519) / GABRIEL RAHAL BERSANETE (OAB/SP 311.818) / MAYARA MARCELA MARQUES DOS SANTOS (OAB/SP 344.639) / CAROLINA FALCONI DE OLIVEIRA (OAB/SP 349.610)

ORGANIZ. SOCIAL: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI (CNPJ 45.383.106/0001-50)
ADVOGADO: RICARDO LUIS ARONI (OAB/SP 212.827)

INTERESSADOS: LEANDRO MAFFEIS MILANI (CPF 290.413.438-73) - PREFEITO, ATUAL
CRISTIANO SALMEIRAO (CPF 260.016.228-33) - PREFEITO, À ÉPOCA

ADVOGADO: LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA ALVARENGA (OAB/SP 146.770) / HELGA ARARUNA FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) / GISELE BECK ROSSI (OAB/SP 207.545) / ANDREA CRISTINE FARIA FRIGO MEDEIROS (OAB/SP 290.085) / (OAB/SP 416.216)

MARIAN FATIMA NAKAD (CPF 333.525.708-17) - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, À ÉPOCA
CLAUDIO CASTELÃO LOPES - DIRETOR PRESIDENTE DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI, À ÉPOCA

MIGUEL RIBEIRO - DIRETOR PRESIDENTE DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI, ATUAL
CÁSSIA RITA SANTANA CELESTINO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATUAL

ASSUNTO: Contrato de Gestão nº. 7989/2018 assinado em 17/01/2018

Objeto Acompanhamento e gerenciamento técnico administrativo para execução de consultas, exames e procedimentos de especialidades aos pacientes do sistema de saúde do município de Birigui.

Processo (ORIGEM) Chamada Pública nº. 08/2017
Vigência 12 meses a partir de 17/01/2018
Valor inicia R\$ 3.485,682,11
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 1313.989.21-2

Considerando o relatório da Fiscalização (evento 63), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00003854.989.20-9
ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO (CNPJ 58.982.364/0001-02)

ADVOGADO: (OAB/SP 143.419)
INTERESSADOS: MAURO ANDRÉ FRARE - ATUAL PRESIDENTE SERGIO LUIS BUENO - PRESIDENTE NO EXERCÍCIO 2020

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-09

Diante da instrução da Fiscalização (evento 21), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresente as justificativas que entender pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-001491.989.21-6
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO
RESPONSÁVEL: RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: DF-02
PROCESSO PRINCIPAL: 7322.989.20-3

Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Suzano, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 73), relativo a maio de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-003059.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO
ADVOGADOS(AS): JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / MILENA APARECIDA TADIOTTO MARTIMIANO NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475)

RESPONSÁVEL: ROGER FERNANDES GASQUES (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-05

Diante da instrução da Fiscalização (evento 55), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-002817.989.20-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GLICERIO
ADVOGADO: FABRICIO CESAR DA SILVA FARINACI (OAB/SP 360.992)

RESPONSÁVEL: ILDO DE SOUZA (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-01

Diante da instrução da Fiscalização (evento 52), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-002927.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA
ADVOGADOS(AS): FABRICIO PEREIRA DE MELO (OAB/SP 123.894) / DELMAR DOS SANTOS CANDEIA (OAB/SP 194.291) / BENEDITO ROMULO FONSECA JUNIOR (OAB/SP 224.684) / EDUARDO MASSARENTI (OAB/SP 387.552) / NATALIA PESSANHA LEITE MINARI (OAB/SP 419.499)

RESPONSÁVEL: VICTOR DE CASSIO MIRANDA (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-07

Diante da instrução da Fiscalização (evento 49), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-001505.989.21-0
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
ADVOGADOS: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221)

RESPONSÁVEL: GUSTAVO HENRIC COSTA

ADVOGADOS(AS): JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / MILENA APARECIDA TADIOTTO MARTIMIANO NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475)

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Maio/2021

EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: DF-02
PROCESSO PRINCIPAL: 7330.989.20-3

Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guarulhos, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 95), relativo a maio de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: TC-002734.989.20-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAS
RESPONSÁVEL: PAULO HENRIQUE DE SOUZA COUTINHO (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-14

Diante da instrução da Fiscalização (evento 39), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00003906.989.20-7
ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE TATUI (CNPJ 57.056.673/0001-80)

INTERESSADO:
ANTONIO MARCOS DE ABREU - PRESIDENTE
ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-09

Diante da instrução da Fiscalização (evento 16), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresente as justificativas que entender pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00009614.989.21-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA BRASFORT LTDA (CNPJ 07.907.117/0001-00)

INTERESSADO(AS):
ROGÉRIO LINS WANDERLEY - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 290.633.018-39)

JOSÉ TOSTE BORGES - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CPF 530.636.358-04)

WALDIR RIBEIRO FILHO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS (CPF 058.066.738-39)

FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA CAVALCANTE FILHO - ADMINISTRADOR DO CONTRATO

IVAN MADEIRA - FISCAL DO CONTRATO
EDSON JÂNIO DA SILVA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 105.510.978-17)

ANA MARIA FERREIRA - PREPOSTA DESIGNADA PELA CONTRATADA

ASSUNTO: Reforma de 16 quadras esportivas em escolas municipais de Osasco, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no edital de tomada de preços nº 013/2020 e seus anexos.

EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: DF-07
PROCESSO PRINCIPAL: 9352.989.21-4

Considerando o quanto noticiado no relatório de acompanhamento da execução contratual (evento 13), alerto os Interessados para que adotem, desde já, as medidas que se façam necessárias para correção da impropriedade apurada pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que a correção acima recomendada será avaliada no decorrer do acompanhamento da execução contratual e por ocasião de seu julgamento.

Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Expediente: TC-012909.989.21-2. Representante: HJ Montagens e Eventos Eireli. Representada: Prefeitura Municipal de Luiz Antonio. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 019/2021, do tipo menor preço unitário, que tem por objeto o "registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de estrutura para o combate a Covid-19 e eventuais necessidades, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada para montagem, manutenção e desmontagem das estruturas".

Responsável: Rodrigo Mello Marques (Prefeito). Sessão de abertura: 10-06-2021, às 09h00min. Advogados: Isabela Cristina Camargo (OAB/SP nº 333.435) e Mario Aparecido Euzebio Junior (OAB/SP nº 184.897).

1. HJ MONTAGENS E EVENTOS EIRELI formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 019/2021, do tipo menor preço unitário, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTONIO, cujo objeto é o "registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de estrutura para o combate a Covid-19 e eventuais necessidades, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada para montagem, manutenção e desmontagem das estruturas".

2. Insurge-se a Representante, exclusivamente, contra o quantitativo requisitado para demonstração da capacidade técnica das licitantes1.

Sustenta, em linhas gerais, não haver "razão para que se exija a comprovação de ter prestado serviços de quantitativos tão altos, visto que a prestação dos serviços objeto do Registro de Preços se dará de maneira parcelada e se prolongará por 12 (doze) meses".

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar o vício apontado.

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração a apresentarem, antes da abertura das propostas, o

tração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

4. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.

Insustentável a crítica da Representante em relação à habilitação técnica requerida, eis que respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo artigo 30, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e pela Súmula nº 24 desta Corte, que admite "a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado".

No caso, além de ter sido solicitada prova no patamar menos restritivo apontado no Enunciado, não se pode perder de vista o interesse público da Administração em garantir que a empresa possua a qualificação adequada para atender a sua demanda.

Outrossim, é de se destacar que a própria natureza do objeto, direcionado ao combate da Covid-19, pode requerer a execução do montante total estimado em interregno inferior aos 12 (doze) meses de vigência da Ata, o que enfraquece a tese da Representante.

5. De qualquer forma, os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo instrumento convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

Posto isto, adstrito exclusivamente aos aspectos impugnados, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.

6. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a integra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1 8.5.3. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que a licitante executou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para o item em que esteja concorrendo.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS.

PROCESSO: 00009816.989.21-4. CONTRATANTE: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP (CNPJ 48.066.047/0001-84). ADVOGADO: CINTHIA DELGADO COELHO RAMOS (OAB/SP 205.802). CONTRATADO(A): SENFNET LTDA (CNPJ 03.877.288/0001-75). INTERESSADO(A): IZABEL CAMARGO LOPES MONTEIRO (CPF 076.716.038-05). DENISE MARCOS BUEN (CPF 008.184.638-05). ASSUNTO: 3º. Termo Aditivo - Processo nº. 154.626/2018 - Contrato nº. 0024/2018. Data de Assinatura: 18/03/2020. Valor: R\$ 299.722,20. Objeto: prorroga o prazo de vigência contratual por mais 03 (três) meses, de 22/03 a 21/06/2021; ratifica as demais cláusulas do contrato e dos aditivos anteriores. [PROT0000005762]. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 9828.989.18-6.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para, no prazo de 15 dias, conhecerem o teor do Relatório de Fiscalização produzido na DF-3 (ev. 15) e, ante aí o contido, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e guarde-se.
PROCESSO: 00014041.989.16-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITOAÇA (CNPJ 67.360.362/0001-64). ADVOGADO: CARLOS PEREIRA BARBOSA FILHO (OAB/SP 108.524) / ALUIZIO RIBAS DE ANDRADE JUNIOR (OAB/SP 246.137). CONTRATADO(A): RGM CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (CNPJ 11.781.746/0001-04). ADVOGADO: PAULO HENRIQUE PEREIRA BARBOSA (OAB/SP 228.729). ASSUNTO: CONTRATO nº 18/2016 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO CAPOAVA. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: UR-16. PROCESSO PRINCIPAL: 13666.989.16-5.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00004929.989.21-8. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA. INTERESSADO(A): AYRES SCORSATTO. ASSUNTO: "Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 06/2012 - DOE 18/10/12. Alterada pela Resolução nº 09/2014". EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-04.

Tendo em vista o registro de novas impontualidades no envio da documentação do mês de maio pela Prefeitura de Juquitiba (ev. 93), fica Ayres Scorsatto, Prefeito Municipal, notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, transmitir as informações devidas, caso ainda não o tenha feito, e apresentar as devidas justificativas em face dos apontamentos registrados.

Alerte-se-lhe, novamente, que o descumprimento dos prazos fixados por este Tribunal sujeita o responsável, no caso, o Prefeito, à pena de multa, prevista no art. 104, II e VI da Lei Complementar estadual 709/1993.

Publique-se.
Após, restitua-se o processo à DF-4 para prosseguir com o acompanhamento dos prazos até o encerramento do Calendário de Obrigações deste exercício (Comunicado SDG nº 57/2020) e, oportunamente, verificar se a Prefeitura regularizou as pendências.

PROCESSO: 00003606.989.20-0. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PIRANGI (CNPJ 49.227.762/0001-14). INTERESSADO(A): SIDNEY ZOZIMO VIDOTTI (CPF 057.404.788-39). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-13.

Cuidam os autos das contas da Câmara Municipal de Pirangi, relativas ao exercício de 2020.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquara – UR-13 (ev. 13) e de acordo com o que dispõem o artigo 29 da Lei Complementar 709/93, assino ao responsável pelas contas aqui em exame o prazo de 15 (quinze) dias para que tenha ciência daquele e apresente as alegações de interesse.

Publique-se e guarde-se.
PROCESSO: 00013077.989.19-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO (CNPJ 45.774.064/0001-88). ADVOGADO: JOSE CESAR PEDRO (OAB/SP 90.238) / ALESSANDER KEMP MARRICHI (OAB/SP 332.929). CONTRATADO(A): ECOSYSTEM SERVICOS URBANOS LTDA (CNPJ 03.682.232/0001-65). ADVOGADO: (OAB/SP 51.096) / ANDRE BECHARA DE ROSA (OAB/SP 214.976). INTERESSADO(A): JOAO TEIXEIRA JUNIOR (CPF 279.032.958-37). EMILIO JOSE CERRI (CPF 154.781.928-64). ASSUNTO: Protocolo nº 873/2018. Edital nº